



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

AÇÕES DO TODOS PELA EDUCAÇÃO, DO CONSED E DA UNDIME PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NAS REDES DE ENSINO

Luana da Silva de SOUZA (UEMS)*
Andréia Nunes MILITÃO (UEMS)*

RESUMO: O presente texto é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso que integrou o projeto guarda-chuva “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como indutora das Políticas Educacionais” inscrito no campo do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores (GEPPEF) e se propôs investigar, na perspectiva crítica, de que forma a BNCC é efetivada nas redes de ensino e de que maneira o Movimento Todos Pela Educação, o Consed e a Undime contribuem para esse processo. A pesquisa assume a abordagem qualitativa, tendo como coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental. A partir da leitura dos documentos produzidos pelo Movimento Todos Pela Educação (TPE), O Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e União Nacional de Dirigentes da Educação (UNDIME) e da leitura dos textos resultantes da pesquisa bibliográfica, foi possível compreender que a parceria que esses movimentos possuem com o setor privado e o espaço que ocupam frente as decisões das políticas públicas educacionais contribuem para a efetivação da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: BNCC; CONSED; UNDIME; Todos Pela Educação.

1 Introdução

Segundo Tozoni-Reis (s./d.), os educadores devem produzir conhecimento sobre os fenômenos educativos, a fim de se comprometer com a qualidade da educação e favorecer a construção de uma sociedade justa e igualitária. A pesquisa em educação se compromete com o estudo, compreensão e interpretação dos fenômenos educacionais. Para isso, o pesquisador deve sempre relacionar conhecimentos e experiências acumulados sobre os processos educativos.

A presente pesquisa assumiu a abordagem qualitativa e adotou como procedimentos de coleta de dados a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. A análise bibliográfica ocorreu por meio do mapeamento de produções acadêmicas

* Contato: lua.31.souza@gmail.com

* Professora nos cursos de Pedagogia e Letras na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Dourados. Contato: andreiamilitao@uems.br

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

sobre o Movimento Todos Pela Educação (TPE), o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), e a União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), a partir dos repositórios *on-line* Google Acadêmico, *Redalyc* e *Scielo*.

A análise documental reuniu um conjunto de documentos e produções oficiais do governo federal referente as políticas educacionais e os documentos produzidos pelo TPE, CONSED e UNDIME para implementação da BNCC.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/1996), favorecem a criação de sistemas educacionais descentralizados, sendo então uma definição constitucional. Nesse sentido, o Ministério da Educação mobilizou os estados e municípios através das secretarias de educação, da UNDIME e do CONSED, que passam a formular propostas de regulação dos currículos.

Em 2015, no Governo de Dilma Rousseff, o ministro da educação Renato Janine Ribeiro deu início a elaboração da BNCC. A Constituição Federal de 1988 e o Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 sustentam a elaboração de uma base nacional comum. A meta de número sete do PNE/2014, seguida pela estratégia n.º 7,1, busca:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb. 7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. (Brasil, 2014).

No intuito de alcançar tais metas e estratégias, foram desenvolvidas duas propostas, uma no ano de 2014 e outra no ano de 2015. O processo de elaboração da BNCC nesse período contou com a participação de representantes do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), da União dos Dirigentes





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Municipais da Educação (Undime), de integrantes do Movimento Todos Pela Educação e outras participações.

Em 2016, em meio as mudanças governamentais, o golpe jurídico-midiático parlamentar, em que “as próprias instituições ditas democráticas golpeiam o Estado Democrático de Direito pela ação articulada da grande mídia, do parlamento e do judiciário que, pelo golpe, se apossaram do executivo” marcou um período de retrocesso de décadas (Saviani, 2020, p. 17). Mendonça Filho, favorável aos interesses empresariais para a educação, assume o Ministério da Educação e adequa a BNCC “aos interesses dos representantes da classe empresarial” (MARSIGLIA et al, 2017, p. 115). Somente em 2017 a versão final da BNCC foi entregue e homologada.

A falta de consulta popular e a distância daqueles que elaboram as políticas para aqueles que as recebem, caracteriza as políticas educacionais atuais. “Segundo Bowe e Ball (1992), a geração e implementação da política são momentos distintos” (Shiroma; Campos; Garcia, 2005, p. 435). Nesse sentido, podemos observar uma grande atuação dos setores empresariais na elaboração das políticas e a diminuição da participação da população, no caso da BNCC, um esvaziamento democrático.

Caetano (2023, p. 10) afirma que existe relação entre o público e o privado na educação, principalmente na Base Nacional Comum Curricular e essa relação pode ser resultado do movimento e tensões entre os grupos sociais e o Estado. Ainda, a BNCC é um espaço de disputas econômicas, sendo um “instrumento do mercado para controlar a escola”.

Historicamente, a classe empresarial tem atuado para subordinar a escola pública às concepções que visam distanciar o conhecimento das necessidades humanas reais, sugerindo que o domínio amplo do saber sistematizado seria supérfluo à classe trabalhadora em função de suas necessidades imediatas de vida. (Marsiglia et al, 2017, p. 112).

Em relação aos conteúdos escolares presentes na BNCC, são limitados e supérfluos, estando de acordo com as competências pessoais e sociais, cognitivas e comunicativas. Dessa forma, “para os alunos, não cabe compreender a realidade

para fazer a crítica e se comprometer com sua transformação, mas sim para entender melhor quais as “competências” o mercado exige dos indivíduos” (Marsiglia et al, 2017, p. 116).

Tendo em vista o contexto de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, marcado pelo neoliberalismo e conservadorismo, essa política curricular está atrelada ao paradigma neoliberal e como consequência há o esvaziamento da escola ao adequar o currículo a estes ideais.

2 Produção da área acerca da ação do TPE, CONSED e UNDIME sobre a BNCC

A pesquisa bibliográfica realizada nos repositórios *on-line* Google Acadêmico, Redalyc e Scielo, possibilitou o mapeamento de produções acadêmicas sobre o TPE, CONSED e UNDIME. Por meio da utilização dos descritores e filtros adequados, passou-se para a leitura dos títulos e em seguida dos resumos para a seleção dos textos pertinentes a este trabalho.

O Movimento Todos Pela Educação foi criado em 2006, com o objetivo de aderir o projeto neoliberal de sociedade na educação básica, a fim de atender os interesses empresariais. O Movimento é uma organização de origem empresarial que atua na educação pública em parceria com os governos e que prega um discurso que se baseia na necessidade de profundas reformas educacionais. É fato que a educação brasileira precisa de mudanças a fim de atender as novas demandas dos estudantes. No entanto, esse pode ser um contexto de disputas entre diferentes projetos de movimentos sociais e empresariais que “geram tensões, conflitos e contradições nas políticas implementadas e na sua concretização no âmbito escolar” (Martins; Krawczyk, 2018, p. 5).

Martins e Krawczyk (2018) afirmam a constante influencia que as organizações empresariais exercem na política educacional brasileira, destacando o Movimento Todos pela Educação. Essa participação das organizações empresariais na política educacional brasileira não é nova. “O empresariado busca o fortalecimento da capacidade de execução do aparelho estatal e institucional, tomando as rédeas desse processo, em nome da necessidade do controle social” (Martins; Krawczyk, 2018, p. 4). Esse discurso de necessidade de controle social é percebido no documento Educação Já, elaborado pelo TPE, mascarado pela



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

proposta que almeja um salto de qualidade na educação básica. No entanto, a definição de qualidade para esse documento não está claramente definida, embora essa palavra seja citada mais de 100 vezes no documento.

Atualmente os movimentos empresariais estão constantemente presentes nas decisões político-educativas, atuando tanto juntamente com o governo como atuando em prol da transmissão da ideologia empresarial no espaço educativo.

No caso do Consed, além de ser um órgão representativo dos seus beneficiários diretos, constituiu-se como representativo para outros grupos envolvidos com as políticas educacionais, principalmente do setor privado. O Consed foi constituído reunindo dirigentes estaduais de educação que se posicionavam contra a centralidade das políticas e dos programas educacionais, defendiam a defesa da democratização da educação pública de qualidade. No entanto, à medida que sua atuação se alinha com interesses privados, seus princípios e finalidades são rompidos.

A Undime dialoga não somente com estâncias governamentais, mas também, com entidades do setor privado. Em articulação com o Consed, a Undime participa do movimento implementação da BNCC e tem atuado na construção de sentidos para o normativo. A significação da BNCC pela Undime é plural, possuindo um importante papel na articulação com a rede municipal na implementação na BNCC.

O Consed e a Undime são protagonistas na implementação da BNCC por meio do regime de colaboração e do contexto federativo brasileiro. Para essas entidades, a BNCC deve ser eixo de toda construção curricular dos estados e municípios, refletindo diretamente nas políticas educacionais, principalmente de avaliação.

Meira e Bonamino (2021), trazem em seu texto o conceito de reformistas empresariais da educação e nova filantropia, associados a esses atores (empresas, fundações e institutos privados), que compreendem a educação como um mercado potencialmente lucrativo.

3 Quais materiais produzidos pelos movimentos?

No site oficial do Todos pela Educação, o movimento se autodenomina como uma organização da sociedade civil não governamental e sem fins lucrativos, que

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

possui o objetivo de mudar a qualidade da educação brasileira, financiada por recursos privados, não possuindo nenhuma ligação com partidos políticos.

Saviani (2020, p.3), ao afirmar a crescente interferência da iniciativa privada nas políticas educacionais, fala sobre o TPE enquanto um movimento criado pelos empresários “sugerindo que a educação é um problema não restrito ao Estado e aos governos, mas de toda a sociedade”. Em uma breve leitura do site, é possível observar um discurso sobre conduzir com independência seus debates e ações.

Por sua vez, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Conselho) é uma associação que reúne as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, foi fundada em 1986. Em seu site, o Conselho define sua finalidade na integração das redes estaduais de educação e na construção das políticas educacionais com participação dos estados. Essa associação organiza seu trabalho principalmente por meio da Agenda da Aprendizagem, além disso, o objetivo de sua atuação é em prol da educação pública de qualidade.

Por fim, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) “é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986” (Undime, 2019). A Undime se apresenta como uma associação aberta a diversos debates sobre educação e suas modalidades. Essa associação é constituída principalmente por Dirigentes Municipais de Educação, ou seja, aqueles que exercem função de secretário municipal de educação, reunindo os gestores dos 5.568 municípios brasileiros. Sua finalidade é articular, mobilizar e integrar esses dirigentes para construir e defender uma educação pública com qualidade social. Na seção “Sobre a Undime”, presente em seu site, é apresentado algumas parcerias institucionais, como o Itaú Social, Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Santillana e outros. Podemos observar a partir disso a parceria que a Undime realiza com o setor privado.

A partir disso, cabe identificar os materiais elaborados por esses movimentos com o objetivo de favorecer a implementação da BNCC nas redes de ensino. Destaca-se o Documento “Educação Já: uma agenda para o Brasil” e os relatórios resultantes dessa proposta, em particular a medida prioritária “Efetivação da Base Nacional Comum Curricular em todas as redes de ensino”.

O documento em questão é uma iniciativa suprapartidária em parceria com outras organizações, possui uma abordagem técnica, que está organizada em três grandes capítulos: a introdução em que se faz a contextualização do documento e de seus objetivos; Contexto e diagnóstico da educação básica no Brasil; Uma proposta de estratégia nacional para a educação básica e, por fim, a conclusão.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

O Documento também apresenta sete medidas prioritárias para o Governo Federal. Neste trabalho focaremos apenas na medida prioritária 3: Efetivação da Base Nacional Comum Curricular em todas as redes de ensino: “Oferecer apoio e incentivo às redes para a implementação da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, de modo a garantir a oferta de recursos e programas pedagógicos essenciais em todas elas” (Todos pela Educação, 2018, p. 80).

A partir dessa medida, busca-se garantir a implementação da BNCC em todo território nacional, dar auxílio as redes de ensino para a construção e reformulação de seus currículos fundamentados na BNCC, manter e aprimorar o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) lançado pelo Ministério da Educação, além de incluir estratégias a esse Programa, específicos para a educação infantil. Fortalecer os elementos essenciais a gestão pedagógica a partir do fomento dos materiais de apoio para alunos e professores, programas de formação continuada, buscando aprimorar a prática docente a partir do novo currículo, materiais e programas de reforço e, por fim, avaliações processuais de aprendizagem, vinculada ao currículo. Além disso, essa medida fomenta a adaptação das políticas nacionais de natureza pedagógica à BNCC.

Segundo o TPE, a BNCC foi construída em conjunto com o MEC, estados e municípios. Entretanto, Caetano (2023) trás em seu texto que o processo de elaboração da BNCC não foi democrático, e está cercado de interesses privatistas. Além disso, o contexto de produção das três versões do documento evidencia que não foi um documento construído com ampla parceria entre as instituições públicas educacionais, principalmente após o golpe de 2016. Nesse sentido,

Esse modelo de política curricular privilegia modelos estruturados, como cartilhas, instruções programadas, guias e plataformas digitais, que retiram, dos professores, a autonomia no desenvolvimento do seu trabalho, bem como tornam a educação um grande negócio, em que tudo se compra e se vende. (Caetano, 2023, p. 7).

A BNCC privilegia o ensino baseado no desenvolvimento de competências e habilidades e um currículo padronizado a serviço das competências. As primeiras

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

ações para sua implementação dizem respeito ao alinhamento dos currículos à BNCC, realização de formações continuadas voltadas para a BNCC, revisão dos projetos pedagógicos, alinhamento dos materiais didáticos e de outros projetos.

Em 2018, o Guia de Implementação da BNCC foi lançado, ele foi construído em parceria entre o MEC, Consed, Undime e outras organizações, elencando ações necessárias para a efetivação da BNCC. No mesmo ano a implementação iniciou em todos os estados. O Guia “traz orientações e reflexões sobre as práticas educacionais para apoiar gestores de rede na implementação dos currículos produzidos à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (p. 4). Além disso, elenca princípios para a implementação de currículos, que são: regime de colaboração, alinhamento e coerência com outras políticas, participação de diversos atores para a implementação, igualdade diversidade e equidade, fundamentos pedagógicos a partir do desenvolvimento de habilidades e competências e alinhamento com os marcos legais. Após apresentar cada princípio, o Guia orienta como colocar em prática.

É possível observar que o documento favorece a formação de professores à luz da BNCC, diminuindo sua formação inicial e continuada com vistas a se adequar a esse documento. Ainda, na análise de documentos do TPE, identifica-se uma responsabilização do professor sobre a educação, nesse sentido, o desempenho do aluno é de responsabilidade do professor, que tem sua formação continuada voltada para a efetivação da BNCC.

Sobre o Guia de Implementação lançado em parceria entre o TPE, a Undime e o Consed,

[...] os discursos circulantes da Undime tentam hegemonizar um sentido de currículo, centralmente organizado, homogêneo e normativo, sem levar em consideração as especificidades das escolas. Ao propor um guia de implementação, sugere orientações técnico-operacionais típicas de uma gestão pedagógica engendrada no pragmatismo. (Sousa; Pereira, 2019, p. 361 - 362).

De acordo com Cellard (2014, p. 304), “As combinações possíveis entre os diferentes elementos contidos nas fontes estabelecem-se em relação ao contexto, à

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

problemática, ou ao quadro teórico”. Nesse sentido, pode-se pensar a relação e a finalidade que se estabelece entre os documentos elaborados pelos movimentos Todos pela Educação, CONSED e UNDIME e o contexto de produção desses documentos, bem como os sujeitos e instituições que os produziram.

Considerações Finais

Ao final deste trabalho e a partir das pesquisas e leituras feitas, foi possível identificar que o Todos pela Educação, o Consed e Undime conseguiram adentrar o espaço público e influenciar o processo de implementação da BNCC por meio do apoio recebido pelo Ministério da Educação e dos setores privados.

Para isso, a produção de documentos como o Educação Já, o Guia de implementação da BNCC, foram as principais estratégias para que sua influência fosse efetivada. Foi possível observar que a centralização e padronização dos currículos à luz da BNCC é aspecto central para esses movimentos, favorecendo um currículo e educação baseada em competências e habilidades.

O objetivo da educação não pode ser alcançado com currículos que atribuam competências para realização de tarefas mecânicas, puramente técnicas, priorizando a qualificação do trabalho e tornar acessório o pleno desenvolvimento do sujeito e preparo para o pleno exercício da cidadania, tal como a Base Nacional Comum Curricular propõe. Nesse sentido, o sistema nacional de educação deve possuir uma organização curricular que tenha como referência o modo de organização da sociedade atual, garantindo a compreensão de todos os educandos sobre essa sociedade.

A pesquisa evidencia que o debate sobre a implementação da BNCC não se esgotou, pelo contrário, é necessário que mais pesquisas sejam feitas e sejam aprofundadas sobre a implementação da BNCC nas redes de ensino, bem como da atuação do Todos pela Educação, do Consed e da Undime.

REFERÊNCIAS

Realização:



Apoio:



SIMTED

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025



BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

CAETANO, Maria Raquel. As disputas na construção da Base Nacional Comum Curricular: anotações em torno do conteúdo da política educacional. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-24, 2023.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MARTINS, Erika Moreira; KRAWCZYK, Nora Rut. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 31, núm. 1, 2018. 31

MEIRA, Marina; BONAMINO, Alicia. Contribuições dos estudos de implementação para análise de políticas educacionais: uma breve discussão do contexto de implementação da BNCC. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Educação Escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento – revista de educação**, n. 4, 2016.

SAVIANI. Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formar de resistência. **Roteiro**, Joaçaba v. 45, jan./dez. 2020.

SHIROMA, Eneide Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SOUSA, Jorge Luis Umbelino de; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Atuação da UNDIME na Base Nacional Comum Curricular: analisando articulações. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 352-363, maio/ago. 2019.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Do projeto ao relatório de pesquisa**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/197/3/01d10a01.pdf>. Acesso em 14 de fev. de 2023.

UNDIME. **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação**, 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime>. Acesso em 15 de ago. de 2023.